CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS DO LESTE MS S.A.

CNPJ/ME nº 48.851.242/0001-15

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Concessionária das Rodovias do Leste MS S.A. apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras preparadas de acordo com o International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e que são efetivas para as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023. **PERFIL DA COMPANHIA:** A Concessionária das Rodovias do Leste MS S.A. ("Companhia") é uma Sociedade Anônima de capital fechado, com sede na Av. Dois, nº 1.947, sala 2, Centro, Chapadão do Sul – Mato Grosso do Sul – MS, que iniciou suas atividades em 09 de dezembro de 2022. A Companhia tem por objeto social específica e exclusivamente, nos termos do Edital de Concorrência nº 001/2022 ("Edital"), a exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade do sistema rodoviário de trechos da Rodovia Estadual MS – 112 e trechos das rodovias BR - 158 e BR – 436, com extensão total de 412,4 Km, nos termos do Contrato de Concessão ("Rodovia e "Concessão"); celebrado com o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul – MS, por intermédio da Secretaria de Estado de Infraestrutura do Estado de Mato Grosso do Sul (Seinfra). A concessão possui um prazo de 30 anos e tem como objeto a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão de serviços complementares. É explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. A cobrança da Tarifa de Pedágio se iniciará após a conclusão dos trabalhos iniciais, de acordo com o estabelecido no PER (Programa de Exploração da Rodovia, previsto para o início de 2024. A Companhia está finalizando a implantação das Praças de pedágio e bases operacionais nas seguintes localidades:

PRAÇAS DE PEDÁGIO

Nome da Praça	Localização	Cidade
Praça – 04	km 78+100 – BR 158	Paranaíba - MS
Praça – 05	km 118+100 – BR 158	Aparecida do Taboado - MS
Praça – 06	km 13+300 – BR 436	Aparecida do Taboado - MS
Praça – 07	km 174+000 – BR 158	Aparecida do Taboado - MS
Praça – 08	km 64+200 – MS 112	Selvíria - MS
Praça – 09	km 193+300	Cassilândia - MS

BASE DE SERVIÇOS OPERACIONAIS

Nome da Base	Localização	Cidade
BSO – 04	km 26+000 – BR 158	Paranaíba - MS
BSO – 05	km 100+200 – BR 158	Paranaíba - MS
BSO – 06	km 171+500 – BR 158	Aparecida do Taboado - MS
BSO – 07	km 36+500 – MS 112	Três Lagoas - MS
BSO – 08	km 107+400 – MS 112	Inocência - MS
BSO – 09	km 184+000 – MS 112	Cassilândia - MS

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS: Os investimentos nos trabalhos iniciais previstos no PER (Programa de Exploração da Rodovia), realizados pela Companhia até 31 de dezembro de 2023, totalizaram R$ 238 milhões de reais. Os Principais investimentos realizados em 2023 na concessão foram: • Recuperação do pavimento (recapeamento e reforço) totalizando R$ 103 milhões. • Implantação de edificações e instalações operacionais (Praças de pedágio, bases operacionais, postos da PMRV e outros) R$ 83 milhões. • Sistemas de comunicação (Painéis de mensagens variáveis, torres de comunicação e câmeras de monitoramento) R$ 8 Milhões. • Sinalizações e elementos de proteção e segurança R$ 7 milhões. • Sistemas de pedágios e controle de arrecadação R$ 4 milhões. **ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS:** Em 27 de dezembro de 2023, demos início a operação da rodovia, com a prestação dos principais serviços gratuitos ao usuário: • Socorro mecânico; • Socorros médico/pré-hospitalar; • Inspeções de tráfego; • Combates a incêndios; • Remoções de veículos; • Apreensões/remoções de animais. Os serviços são prestados por meio de veículos e equipes de profissionais especializados atuando em toda a extensão das rodovias MS-112, trechos da BR-158 e BR-436 sob concessão (412,4 quilômetros), durante 24 horas, todos os dias da semana, proporcionando segurança e conforto aos usuários da rodovia, 365 dias no ano. Foram realizados 208 atendimentos entre os dias 27 a 31 de dezembro de 2023. Para essas atividades foram gerados até 31 de dezembro de 2023, 175 empregos diretos e mais de 280 empregos indiretos, além dos investimentos na infraestrutura, com benefício para as cidades lindeiras que segue gerando de emprego e recolhimentos de impostos, em especial o I.S.S. QN, retido pela companhia as obras e repassados aos Municípios lindeiros. **DESTAQUES DO ANO 2023:** Em 27 de março de 2023, o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul através da Secretaria de Estado de Infraestrutura do Estado de Mato Grosso do Sul – SEILOG, da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos do Estado de Mato Grosso do Sul – AGESUL e da Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul – AGEMS, formalizou o termo de arrolamento e transferência de bens, passando a partir desta data a contar o prazo contratual de 30 anos para a execução das obrigações previstas, em conformidade com o programa de exploração da rodovia - PER. Neste período destacou-se o avanço dos trabalhos iniciais, que consistiu na adequação das rodovias aos parâmetros mínimos de segurança e trafegabilidade, com melhorias no pavimento através da execução de selagem de trincas, fresagem e recomposição, aplicação de micro revestimento asfáltico e recapeamento de pista, além da aplicação de nova sinalização horizontal e vertical, poda e capina do revestimento vegetal e limpeza da faixa de domínio, correção e melhoria nos sistemas de drenagem e nos elementos de proteção e segurança, garantido conforto e segurança aos usuários das rodovias. Além disso, a Companhia avançou de forma significativa na execução das obras de edificações essenciais, como postos de atendimento ao usuário e praças de pedágio, as quais são condições precedentes para o início da operação comercial da concessionária, prevendo as suas conclusões de forma antecipada em relação ao disposto em contrato. E por fim, em 27 de dezembro de 2023, iniciou como previsto no contrato de concessão o atendimento aos usuários das rodovias integrantes ao sistema Way 112, disponibilizando assim os serviços de inspeção de tráfego, guinchos leves e pesados, veículos de combate a focos de incêndio e o atendimento pré-hospitalar em caso de acidentes, através de ambulâncias equipadas com o que há de melhor em termos de equipamento e tecnologia, disponíveis 24 horas por dia em todos os dias da semana. Destacamos ainda que para fazer frente aos investimentos, a Way 112 contou com um volume de aporte financeiro de R$ 122 milhões advindos de suas Acionistas, além ainda de ter tido êxito na contratação junto ao mercado financeiro com a coordenação conjunta dos bancos BTG Pactual, Itaú BBA e ABC Brasil para a emissão de debêntures no montante de R$ 400 milhões. A operação foi estruturada em duas emissões contando com duas séries cada, sendo que até o final do ano de 2023, os desembolsos realizados totalizaram o montante de R$ 285 milhões, recursos estes fundamentais para consolidação com sucesso desta fase inicial do projeto. **PERSPECTIVAS PARA O ANO DE 2024:** Para o exercício de 2024 a Companhia prevê a conclusão das etapas obrigatórias para o início da operação comercial, além de avançar conforme previsão contratual para as etapas de recuperação e melhorias das rodovias seguindo os parâmetros estabelecidos contratualmente. De acordo com o cronograma de investimentos, está previsto ainda para o ano de 2024 a implantação de novos dispositivos de retorno, adequações de acessos das rodovias, além de melhorias de ordem tecnológica, como a implantação de câmeras de monitoramento e a conclusão da implantação do sistema LTE em parceria com a operadora TIM Brasil, a qual irá proporcionar cobertura de sinal 4G de telefonia celular em toda a extensão da malha rodoviária objeto da concessão, destacando que a implantação do sinal 4G nas rodovias não é uma obrigação deste contrato e sim um compromisso da Way 112 com os seus usuários em criar soluções e parcerias disruptivas, com foco no bem estar e segurança de quem trafega por aqui. **COMENTÁRIO DE DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO - Receita de pedágio:** Em 31 de dezembro de 2023, a companhia está em fase pré-operacional, devendo iniciar a cobrança de pedágios no início de 2024.

Receita de construção	31/12/2023	31/12/2022
Receitas com construção e infraestrutura	238.438	-
Total	**238.438**	**-**

A receita de construção provenientes da realização de investimentos no ativo intangível, e tendo como contrapartida o custo de construção de igual valor.

Custos e despesas e administrativas:

Custos e despesas administrativas	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	(2.401)	-
Serviços de terceiros	(18.144)	(486)
Seguros e garantias	(1.172)	(13)
Custos contratuais da concessão	(1.610)	-
Verba da polícia rodoviária federal	(556)	-
Verba da polícia rodoviária estadual	(556)	-
Materiais/equipamentos/veículos	(1.995)	-
Depreciação e amortização	(1.626)	-
Custos com construção e infraestrutura	(238.438)	-
Outros	(1.058)	(2)
Total	**(267.556)**	**(501)**

Comentamos as principais variações de custos e despesas do exercício: **Pessoal:** Terminamos o exercício de 2023, com 175 funcionários diretos. **Seguros e Garantias:** Foram contratados os seguros previstos no PER (Programa de Exploração da Rodovia), nas modalidades de Seguro garantia, riscos operacionais, reponsabilidade civil, riscos de engenharia, D&O e seguros de veículos. **Depreciação e amortização:** Os valores contabilizados no ano de 2023 referem-se essencialmente a depreciação do ativo imobilizado adquiridos no período. **Custos com construção e infraestrutura:** Os custos de construção provenientes da realização de investimentos no ativo intangível.

Resultado Financeiro	31/12/2023	31/12/2022
Rendimento de aplicações financeiras	10.876	-
Descontos obtidos	31	-
Receita financeira - AVP	2.106	-
Outras receitas financeiras	2	-
Total das receitas financeiras	**13.015**	**-**
PIS/Cofins sobre receitas financeiras	(509)	-
Despesas financeiras	(126)	-
Juros sobre debêntures – Parte não capitalizada	(11.326)	-
Encargos sobre debêntures	(1.164)	-
Atualização outorga fixa	(60)	-
Despesa financeira - AVP	(2.106)	-
Juros sobre empréstimos	(345)	-
Total das despesas financeiras	**(15.636)**	**-**
Resultado financeiro líquido	**(2.621)**	**-**

O resultado financeiro em 31 de dezembro de 2023, foi negativo em 2,6 milhões , devido ao valor de Juros das debêntures e demais despesas financeiras e a redução das receitas de aplicações financeiras devido a utilização dos recursos em investimentos. **AGRADECIMENTOS:** A administração da Concessionária das Rodovias do Leste MS S.A. registra seu agradecimento ao Governo de Mato Grosso do Sul, através da Secretaria de Estado de Infraestrutura - SEINFRA, a AGEMS - Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul; às Instituições financeiras que apoiam o programa de investimento, em especial os debenturistas; e aos Acionistas da Companhia, que juntos possibilitam a realização desse projeto. Registramos agradecimento especial aos Usuários da Rodovia e, principalmente aos nossos Colaboradores pelo esforço, dedicação e comprometimento na consolidação dos objetivos empresariais da Companhia.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante			
Caixa e equivalente de caixa	6	115.315	5
Despesas antecipadas	7	355	-
Impostos a recuperar	8	2.299	-
Contas a receber partes relacionadas	-	250	-
Outras contas a receber	-	190	-
Total do ativo circulante		**118.409**	**5**
Ativo não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferido	9	10.961	170
		10.961	170
Imobilizado	10	18.000	-
Intangível	11	295.192	127.277
		313.192	127.277
Total do ativo não circulante		**324.153**	**127.447**
Total do ativo		**442.562**	**127.452**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	1.713	-
Debêntures	14	5.888	-
Fornecedores e outras contas a pagar	15	7.223	-
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	16	298	-
Obrigações fiscais	17	1.717	-
Contas a pagar partes relacionadas	18	348	501
Direito de outorga concessão	11	2.320	28.639
Obrigações com o poder concedente	12	893	-
Total do passivo circulante		**20.400**	**29.140**
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	2.056	-
Debêntures	14	293.522	-
Direito de outorga concessão	11	25.863	98.638
Total do passivo não circulante		**321.441**	**98.638**
Patrimônio líquido			
Capital social	20	122.000	5
Prejuízo acumulado	-	(21.279)	(331)
		100.721	(326)
Total do passivo e do patrimônio líquido		**442.562**	**127.452**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Receita com construção e infraestrutura	21	238.438	-
Custos dos serviços prestados	22	(17.360)	(13)
Custo com construção e infraestrutura	22	(238.438)	-
Resultado bruto		**(17.360)**	**(13)**
Despesas gerais e administrativas	22	(11.758)	(488)
Lucro líquido antes do resultado financeiro e impostos		**(29.118)**	**(501)**
Resultado financeiro	23	(2.621)	-
Prejuízo antes dos impostos		**(31.739)**	**(501)**
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	9	10.791	170
Prejuízo do período		(20.948)	(331)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo do período	(20.948)	(331)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultados abrangentes do período	(20.948)	(331)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 09 de dezembro de 2022 (data constiuição)	**-**	**-**	**-**
Capital social integralizado	5	-	5
Prejuízo do período	-	(331)	(331)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**5**	**(331)**	**(326)**
Capital social integralizado	121.995	-	121.995
Prejuízo do período	-	(20.948)	(20.948)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**122.000**	**(21.279)**	**100.721**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do fluxo de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do período	(20.948)	(331)
Ajustes para conciliar o lucro líquido com o caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciações do imobilizado e amortizações do intangível	1.626	-
Baixa imobilizado	57	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(10.791)	(170)
Juros de debêntures	23.865	-
Atualização outorga	60	-
Custos de transação com financiamentos	(9.455)	-
Aumento líquido (redução) dos ativos operacionais:		
Outras contas a receber	(190)	-
Despesas antecipadas	(355)	-
Impostos a recuperar	(2.299)	-
Contas a receber pasrtes relacionadas	(250)	501
Aumento líquido (redução) dos passivos operacionais:		
Fornecedores	7.223	-
Obrigações trabalhistas e sociais	298	-
Obrigações fiscais	1.717	-
Pagamento de juros de empréstimos e financiamento	(345)	-
Pagamento outorga fixa concessão	(28.639)	-
Obrigações com o poder concedente	893	127.277
Caixa líquido oriundo das atividades operacionais	(37.533)	127.277
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de itens do ativo imobilizado	(19.618)	-
Adições ao intangível	(238.495)	(127.277)
Caixa líquido (utilizado) oriundo das atividades de investimento	(258.113)	(127.277)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital social	121.995	5
Capitação de empréstimos e financiamento	4.991	-
Captações de debêntures	285.000	-
Pagamento de principal de empréstimos e financiamento	(877)	-
Partes relacionadas	(153)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	410.956	5
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	115.310	5
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	115.315	5
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	115.310	5

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas		
Prestação de serviços	-	-
Receita dos serviços de construção	238.438	-
Outras receitas	-	-
	238.438	-
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	(20.945)	(501)
Custos dos serviços de construção	(238.438)	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(3.521)	-
Outros	-	-
	(262.904)	(501)
Valor adicionado bruto	(24.466)	(501)
Depreciações e amortizações	(1.626)	-
Valor adicionado líquido produzido	(26.092)	(501)
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	12.504	-
	12.504	-
Valor adicionado total a distribuir	(13.588)	(501)
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos		
Remuneração direta	1.342	-
Benefícios	593	-
FGTS	98	-
Impostos, taxas e contribuições		
Federais (incluindo IOF)	(10.418)	(170)
Estaduais	115	-
Municipais	1	-
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	15.124	-
Aluguéis	505	-
Remuneração de capitais próprios		
Prejuízo do período	(20.948)	(331)
	(13.588)	(501)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 - (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Concessionária das Rodovias do Leste MS S.A. ("Companhia") é uma Sociedade Anônima de capital fechado, com sede na Av. Dois, nº 1.947, sala 2, Centro, Chapadão do Sul – Mato Grosso do Sul – MS, que iniciou suas atividades em 09 de dezembro de 2022. A Companhia tem por objeto social específica e exclusivamente, nos termos do Edital de Concorrência nº 001/2022 ("Edital"), a exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade do sistema rodoviário de trechos da Rodovia Estadual MS – 112 e trechos das rodovias BR - 158 e BR – 436, com extensão total de 412,4 Km, nos termos do Contrato de Concessão ("Rodovia e "Concessão"); que será celebrado com o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul – MS, por intermédio da Secretaria de Estado de Infraestrutura do Estado de Mato Grosso do Sul (Seinfra). A concessão possui um prazo de 30 anos e tem como objeto a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão de serviços complementares. É explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. A cobrança da Tarifa de Pedágio se iniciará após a conclusão dos trabalhos iniciais, de acordo com o estabelecido no PER (Programa de Exploração da Rodovia), previsto para o início de 2024. O presente contrato poderá ser prorrogado, a exclusivo critério do Poder Concedente, por até 30 (trinta) anos, nas seguintes hipóteses: • Pela presença do interesse público, devidamente justificado; • Em decorrência de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovada; e • Em decorrência de fato da administração ou evento externo ao contrato, devidamente comprovado. Para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, quando exigidos pelo Poder Concedente novos investimentos ou serviços, não previstos no Programa de Exploração da Rodovia (PER), ou em decorrência de sua alteração. Conforme definido pela Seinfra, o contrato de concessão estabelece os compromissos assumidos pela Companhia através do Programa de Exploração da Rodovia (PER), demonstrando todas as metas, critérios, requisitos, intervenções obrigatórias, diretrizes técnicas, normas, escopo, parâmetros de desempenho, parâmetros técnicos e os respectivos prazos para seu atendimento, divididos em quatro frentes: • Frente de Recuperação e Manutenção; • Frente de Melhorias Operacionais, de Ampliação de Capacidade e de Manutenção do Nível de Serviço; • Frente de Conservação; e • Frente de Serviços Operacionais. Encerrado o prazo de Concessão, serão revertidos à União todos os bens reversíveis, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos, e cessarão, para a Concessionária, todos os direitos emergentes do Contrato. Decorrente desta concessão, a Companhia assumiu os seguintes compromissos: Pagamento de direito de outorga no valor total de R$ 150.730, dos quais R$ 28.639 foram pagos em fevereiro de 2023, e o saldo devedor em 29 parcelas anuais. A parcela a ser paga anualmente será reajustada pela variação do IPCA a partir de 2023. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de longo prazo a valor presente e de R$ 25.863, e foi registrado a uma taxa de 10,94%.

2. Base de preparação: As informações contábeis foram preparadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com base nas disposições contidas na Lei das Companhias por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovadas pela CVM, além das próprias normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* ("IFRS")), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). A administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações contábeis em 06 de março de 2024.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação: As informações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das informações contábeis exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota Explicativa nº 10** – Imobilizado; • **Nota Explicativa nº 11** – Intangível; e • **Nota Explicativa nº 9** – Ativos e passivos fiscais diferidos.

5. Principais políticas contábeis - Ativos intangíveis: Ativos intangíveis com vida útil indefinida serão testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. O contrato de concessão da Companhia é de longo prazo sujeito a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de *impairment*, a Companhia revisará anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam que sejam recebidos ao longo do período contratual. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia efetuou as avaliações pertinentes e não identificou necessidade de reconhecimento de provisão para perdas relacionadas aos contratos onerosos, conforme previsões do CPC 25. A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: **Contratos de concessão de serviços:** A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 – "Contratos de Concessão", não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta interpretação, o concessionário: Atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário prestar serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder ao direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários da rodovia pela utilização da infraestrutura. Esse direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero. Nessa circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. A concessionária não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (rodovias) pelos usuários, mesmo quando o retorno da concessionária tenha um risco muito baixo. **Direito de outorga:** O valor pago ao poder concedente correspondente ao direito de explorar a concessão foi reconhecido na rubrica "direito de outorga", no ativo intangível (Nota Explicativa nº 10). As respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros (exigibilidades) foram registradas no passivo e já foram liquidadas. O direito de outorga da concessão será amortizado, de forma linear, pelo tempo de concessão. **Outros ativos intangíveis:** Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. **Gastos subsequentes:** Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos. **Amortização:** Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. O critério definido para amortização dos ativos intangíveis originados do contrato de concessão de serviços e do direito de outorga é com base no prazo de concessão. A amortização de outros ativos intangíveis é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ultrapassam o prazo da concessão, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo, quando aplicável. **Ativos financeiros – não derivativos:** Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no IAS 39/CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: **(i)** Novos critérios de classificação de ativos financeiros; **(ii)** Novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e **(iii)** Flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*. **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está abaixo do registrado (*impairment*), um novo valor do ativo é determinado. A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que refletam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. **Provisões gerais:** As provisões serão reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. A despesa relativa a quaisquer provisões será apresentada na demonstração do resultado. **Provisão de manutenção – contratos de concessão:** As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, serão registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data das informações contábeis. A política da Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários. A provisão para manutenção será contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio. A taxa de desconto praticada para cada intervenção futura será mantida por todo o período de provisionamento, para fins de cálculo do valor presente. **Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. **Capitalização dos custos dos empréstimos:** Os custos dos empréstimos serão capitalizados durante a fase de construção. **Receita operacional - Receita de pedágio:** A receita será reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita será mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos sobre a prestação de serviços. A receita será reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio. Receitas de operação ou serviço são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues. **Receita de construção:** Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados. A Companhia não irá reconhecer margem de lucro por considerar que tais valores serão irrelevantes, considerando-a zero. Os custos dos contratos serão reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita. **Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e as despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. **Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que refletem às incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido:** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de informações contábeis intermediárias e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são